

## O “LUGAR” DA FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO

Lucrecio Araújo de Sá Júnior\*

### **Resumo:**

Encontrar um sentido para o ensino de filosofia na educação básica, atualmente, requer um olhar sobre a escola brasileira que, em geral, está permeada por uma concepção de ensino prioritariamente informativa e enciclopédica (às vezes ingenuamente humanística, outras vezes em demasia cientificista). Entre este e outros problemas os discursos em defesa da filosofia no ensino médio, com raras exceções, descrevem o próprio ensino da filosofia distanciado da realidade brasileira, hoje. Como se o ensino da filosofia não sofresse, influências externas, problemas que advêm das políticas públicas e do planejamento na educação.

**Palavras-chave:** Filosofia; Ensino Médio; Educação; Metodologia; Didática.

### **Abstract:**

To find a direction for the education of philosophy in the basic education, currently, requires a look on the Brazilian school that, in general, is impregnated by informative and with encyclopedia priority a conception of education (to the times naive humanistic, other times in scientific surplus). Thus, the speeches in defense of the philosophy in average education, with exceptions rare, describe the proper education of the dislocated philosophy of the Brazilian reality, today. As if the education of the philosophy it did not suffer, external influences, problems that happen of the public politics and the planning in the education.

**Keywords:** Philosophy; Average education; Education; Methodology; Didactics.

## 1 INICIANDO A QUESTÃO

No texto *A Filosofia e os professores* Adorno trata da prova geral de filosofia dos concursos para a docência em ciências nas escolas do estado de Hessen, Alemanha. O que se pretendia avaliar neste exame é, nas palavras do autor: *se aqueles que terão uma pesada*

---

\* Doutor pela Universidade Federal da Paraíba com período de estágio na Universidade de Lisboa. Graduado em Filosofia e Mestre em Filosofia da Linguagem (UFPB). Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

*responsabilidade quanto ao desenvolvimento real e intelectual da Alemanha, enquanto professores, são intelectuais ou meros profissionais.* Para os professores, diz Adorno, a filosofia deveria promover a identidade de seu interesse verdadeiro como estudo profissional. Sobre a prova, Adorno recorta o parágrafo 19 da regulamentação do exame: “Deve avaliar se o candidato apreendeu o sentido formativo e o potencial formativo de suas disciplinas profissionais, habilitando-se a compreendê-las a partir das questões filosóficas, pedagógicas e políticas vivas da atualidade” (ADORNO, 2006, p. 53). Em outros termos, a prova geral pretendia avaliar se os candidatos conseguiam ir além do seu aprendizado filosófico estrito, na medida em que desenvolviam uma reflexão acerca de sua profissão, ou seja, pensar acerca do fazer, e também refletir a cerca de si mesmos (ADORNO, 2006, p.54).

Nesse âmbito, minhas considerações neste trabalho resultam de uma proposta para pensar na seguinte questão: para além dos problemas filosóficos, que inquietações deve possuir um professor de filosofia? Acontece que essa pergunta se refere à prática de ensino e emerge da própria pergunta: *o que é um problema filosófico?* Posto esta questão, é preciso que se reconstrua a compreensão do trabalho do professor de filosofia, levando-se em consideração o professor como educador que pensa a sua prática e direciona a sua ação para a reestruturação de suas condições de trabalho, assumindo a atividade docente como *ação*. Essa é uma das tarefas que se põe urgente na discussão da formação do docente em filosofia.

## 2 O ESPAÇO DA FILOSOFIA NAS ESCOLAS

Nos últimos anos muito empenho vem sendo demonstrado no sentido de deixar a escola em condições de mais qualidade e maiores êxitos, mas aqui começarei por referir algumas constatações menos positivas, acerca de como acontece o ensino de Filosofia nas Escolas.

Buscando fomentar discussões sobre o “lugar” da filosofia no Ensino Médio iniciei neste ano de 2010 uma pesquisa sobre a presença da filosofia em escolas públicas, para tanto percorri algumas Escolas Estaduais de Natal/RN tentando alcançar respostas para as seguintes indagações em questionários aplicados: como está a presença da filosofia no currículo das Escolas Públicas de Natal/RN? Que conteúdos são ministrados? Quais perspectivas didáticas são assumidas? Quais os objetivos visados com o planejamento das aulas? Quem são os atuais

professores, que formação possuem?

Os resultados da pesquisa revelam que no momento atual existem várias e diversas condições que dificultam o exercício do pensar filosófico em escolas públicas de Natal/RN, conseqüentemente de todo o estado, e sem dúvida do Brasil. Todas as respostas às questões acima são insatisfatórias para um ensino de qualidade. O relato a seguir expõe, a meu ver, problemas urgentes na discussão da formação de professores de filosofia.

Em primeiro lugar muitos dos docentes que estão ministrando aulas de filosofia atualmente não possuem formação na área; são professores de outras disciplinas como Artes, Biologia, História, Geografia que ocupam o lugar dos filósofos nas escolas. Quando o professor possui formação na área ele leciona outras disciplinas, para além da filosofia como Sociologia, História, Religião, etc. Em segundo lugar, não existe um planejamento prévio dos conteúdos que são ministrados durante o ano, como também não há ementário, cada professor ministra o conteúdo de acordo com suas preferências e disponibilidade momentânea; em terceiro lugar, às duas horas-aula semanais (2h/a) são distribuídas separadamente<sup>29</sup>. Em quarto lugar, estão as péssimas condições físicas/materiais em que se desenvolve o ensino público, um cenário que se configura através de: salas de aula inadequadas, falta de equipamentos, recursos e livros. Podemos falar ainda em turmas superlotadas, a péssima remuneração dos professores que em alguns casos são “multiempregados” e não possuem tempo para atualização e para o adequado acompanhamento de seus alunos<sup>30</sup>.

Em relação às práticas de ensino, vejamos ainda outras distorções que acentuadamente afetam todo o processo educativo do ensino de filosofia:

- Atualmente há uma equivocada visão da filosofia assumidamente privilegiada pela leitura dos PCN's e DCN's; fragmentada na concepção de cidadania e em questões ideologicamente defendidas pela sociedade do *Mercado*;
- Há também o inevitável condicionamento da filosofia pautado em um ensino de história com primazia em questões sem importância para o desenvolvimento da atitude filosófica, coisas com as quais muito tempo de aula ainda é desperdiçado, uma vez que se apresenta uma filosofia descontextualizada e amorfa;

---

<sup>29</sup> Isso pode ser observado claramente na Escola Estadual Winston Churchill localizada na Av. Rio Branco no Centro de Natal.

<sup>30</sup> Vale observar que essa não é apenas uma realidade brasileira, o professor Ricardo Navia (2004) a esse respeito fala da realidade das escolas públicas do Uruguai.

- Nas aulas as atividades são incapazes de suscitar nos alunos a compreensão das múltiplas filosofias, pois muitas vezes o professor apresenta apenas a corrente ou o filósofo de sua preferência, assumindo uma postura dogmática sem problematizar o próprio construir, desconstruir, reconstruir do pensamento filosófico;
- Nesse contexto, predomina o saber coloquial restringindo o ensino a uma mera conversa informal; ocorre uma concentração das atividades em torno das opiniões e percepções não conceituais e espontâneas.
- O uso dos textos não prioriza o universo lexical dos alunos. Os textos são rígidos e não proporcionam a leitura, por possuir uma linguagem incompreensível;
- A atividade da leitura é puramente escolar, sem gosto, sem prazer, convertida em momento de treino, de avaliação ou em oportunidade para futuras “cobranças”;
- A leitura ocorre numa interpretação que se limita a recuperar os elementos literais e explícitos presentes na superfície do texto; quase sempre esses elementos privilegiam aspectos apenas pontuais do texto (alguma informação localizada num ponto qualquer), deixando de lado os elementos de fato relevantes para sua compreensão global (como aqueles relativos à idéia central, ao argumento principal definido, à finalidade global do texto, ao reconhecimento do conflito filosófico, entre outros problemas).
- A prática da escrita é mecânica e periférica, centrada inicialmente nas habilidades motoras de produzir sinais gráficos retirados de outro texto;
- A prática da escrita é artificial e inexpressiva, realizada em “exercícios” de criar perguntas/respostas soltas ou, ainda de formar frases soltas. Nessa produção vazia, os princípios básicos da interatividade linguísticas são violados, porque o que se diz nos exercícios é reduzido a uma reprodução de frases que não correspondem a qualquer tipo particular de contexto;
- A prática de ensino, enfim, é improvisada, sem planejamento e sem revisão dos conteúdos, na qual o que conta é, prioritariamente, a tarefa de realizá-la, não importa “o que se diga” e “como se faz” (“pois essa prática já faz parte da escola!”).

### 3 NESSE CONTEXTO, PODEMOS DIZER QUE A FILOSOFIA ESTÁ NA ESCOLA?

Todos esses problemas tem efeito simbólico cujo âmbito educativo e o próprio docente-filósofo perdem sua imagem paradigmática e isto se projeta sobre a própria atividade e seus objetivos, que no “imaginário social” resultam desprestigiados. Acrescente-se dentro da Universidade aquele desprezo ofensivo pela profissão de professor.

A reorientação do quadro até aqui apresentado requer antes de tudo, para consolidar a Filosofia como disciplina curricular do ensino médio uma ação ampla, fundamentada, planejada, sistemática e participada (das políticas públicas – federais, estaduais e municipais, dos profissionais da educação, e sem dúvida dos professores de filosofia).

A complexidade desse processo impõe, na verdade, o cuidado em se prever e se avaliar, reiteradamente, *concepções, objetivos, procedimentos e resultados*, de forma que todas as ações se orientam para um ponto comum e relevante: conseguir consolidar o ensino de filosofia nas escolas para que possamos ampliar as competências crítica, comunicativa e interacional dos jovens com aulas de filosofia.

Essas proposições não valem menos hoje no Brasil do que valiam há cento e cinquenta anos na Alemanha. O conceito enfático e filosofia que o movimento do idealismo alemão almejava quando se encontrava em conformidade com o espírito da época não acrescentava a filosofia como uma disciplina a mais às ciências, mas procurava-a na autoconscientização viva do espírito.

O fato de assumir a discussão de como aproximar o estudo de filosofia do ideal *emancipador* do *si mesmo* que vai além do conceito de politização a mercê da cidadania apresenta um passo imensamente significativo. Neste caso, uma perspectiva conceitual de ensino da filosofia deve explorar os limites tanto da teoria quanto da prática, através da crítica avaliadora do que será efetivado ou não efetivado nas escolhas e decisões que ensejam as práticas de ensino de filosofia nas escolas.

Aqui cabe salientar que, esses problemas são muito antigos na realidade escolar brasileira. Um olhar atento sobre a história do ensino de filosofia no Brasil permite-nos identificar a existência de programas oficiais de filosofia obrigatórios na Educação Básica desde os colégios dos jesuítas, mas isso não significou, na prática, um efetivo ensino de filosofia. Como diz Balduino Horn (2000, p.17) percorrer a trajetória do ensino de filosofia significa buscar ampliar a compreensão sobre sua configuração na escola contemporânea. O ensino da filosofia, desde o Brasil colônia até hoje, nunca teve um lugar bem definido no currículo escolar. Historicamente, a presença da filosofia enquanto disciplina deste nível de

ensino, ao contrário das outras áreas de conhecimento, foi provisória e praticamente não exerceu influência sobre os rumos e a estrutura da educação nacional.

A partir da década de 90 do século passado se desenvolveram muitos estudos com o objetivo de contribuir para o debate sobre a problemática acerca da importância e do significado que se pode atribuir ao ensino de filosofia na escola. Tal produção bibliográfica se intensificou a partir de 2008 quando foi sancionada a Lei nº 11.684/2008, que altera a Lei Nº 9394/1996, e inclui a Filosofia como disciplina obrigatória nas três séries do Ensino Médio. Mas, a maioria dos estudos que geralmente discute a dinâmica dos processos de ensino/aprendizagem na *práxis* educativa levanta controvérsias teóricas e práticas sobre concepções de educação e do papel da escola na sociedade; o que coloca, para o ensino de filosofia, a necessidade de uma tomada de perspectiva em relação ao *quê ensinar nas aulas de filosofia? Como ensinar? E, para quê ensinar?* – Questões preponderantes da prática educacional.

#### 4 REFAZENDO ALGUMAS QUESTÕES

Pensar a filosofia e, particularmente, o ensino de filosofia na situação cultural em que vivemos, na multiplicidade de saberes, na superficialidade dos valores, na dispersão política, é um desafio. No âmbito da reflexão sobre a prática, o “pensar permanente” deve ser fomentado na busca pelo sentido do ensino de filosofia e suas múltiplas realizações nas diversas instâncias da educação escolar. E na conjuntura da educação no Brasil hoje, não só as perguntas *o que ensinar? para que ensina? como ensinar?* devem ser avivadas; mas também: *Onde ensinar? Para quem ensinar?* Em relação ao “onde” a descrição da realidade escolar realizada no início deste trabalho oferece respostas. As demais questões estão elencadas a seguir.

#### *Para quem ensinar?*

Seguindo Navia (2004, p.75), eis algumas das considerações que rodeiam a ação educativa dos nossos estagnados países<sup>31</sup>: (i) perda de projetos utópicos e coletivos que gera

---

<sup>31</sup> O autor de refere ao ensino da filosofia no Uruguai, cujos problemas se assemelham àqueles vividos Brasil.  
ISSN 1984-3879, SABERES, Natal – RN, v. 1, n.6, fev. 2011

uma sensação de niilismo, imediatismo, individualismo, depressão e corrupção; (ii) uma sensação real de que as grandes decisões são tomadas em distantes centros de poder, que gera uma paralisante sensação de impotência e ceticismo; (iii) perda do papel nivelador da educação, depreciação do esforço de longo prazo e desprestígio da figura docente que não opera como modelo de identificação; (iv) o homem de recursos ou o jovem com olfato oportunista é o modelo de identificação difundido pelos meios de comunicação de massa.

Compartilhando das observações de Navia (2004), penso que todos esses traços dificultam enormemente o processo educativo ao menos sob os parâmetros pedagógicos de que dispomos, e, dado que a filosofia compreende mais intensamente ainda estas características, seu ensino está especialmente comprometido.

A questão da possibilidade do ensino da filosofia na Educação Básica supõe agora uma nova questão, sobre o objetivo desse ensino. Para que queremos ensinar filosofia, para que os jovens devem aprender filosofia?

### ***Para que ensinar?***

Mesmo com a revogação realizada no ano de 2008, os PCNs e as DCNs mantiveram para a filosofia uma perspectiva de ensino pautada na “cidadania”. A superação de tal concepção reducionista exige uma revisão conceitual sobre as possibilidades que a filosofia carrega em si. Como observou Silvio Gallo (2000): *não seria essa uma espécie de deformação?*

O ensino de filosofia deve ser *emancipatório*, para além da objetividade política, devendo priorizar a dimensão individual do ser humano: *a subjetividade do eu relacionando-se com o mundo*. Rousseau e Nietzsche confirmam na história da filosofia dois modelos distintos de mestre, um que conduz para *o que se deve ser*; outro que *se deixa ser*, que está aberto à sorte do encontro. O desafio que esses dois pensadores nos evocam é pensar algumas tensões que se enraízam no solo educacional, as relações dialéticas entre o *público-privado*, *homem-cidadão*, *liberdade-responsabilidade*.

Entre os principais objetivos do ensino, a filosofia deve contribuir com a formação da consciência crítica no aluno, desvelando as formas de opressão e dominação presentes nas relações sociais e na vida cotidiana, que se manifestam sob forma de ideologia, convencionalismo e alienação. Trata-se de uma crítica constante à cultura, suas manifestações

pragmatistas da vida e reducionistas da percepção de mundo.

### *O que ensinar?*

Situar a filosofia como disciplina escolar, no horizonte dos problemas contemporâneos – científicos, tecnológicos, ético-políticos, artísticos, culturais – implica perguntar por sua contribuição específica, ao lado das demais disciplinas ou dos dispositivos que fornecem, ou pretendem fornecer, referências e significados para a vida, pessoal e social. Mais do que agência fornecedora de informações e significados, a filosofia em ato constitui-se em modalidade enunciativa que, pela sua especificidade, tematiza e elabora as dificuldades da produção de sentido (Favaretto, 2004, p. 44).

Se em filosofia é difícil estabelecer conteúdos básicos, e mesmo métodos gerais, deve-se, contudo, garantir as condições mínimas da especificidade do trabalho filosófico. Isso requer do professor a determinação da orientação filosófica que seja estratégica para levar os alunos a se apropriarem dos conteúdos, modos discursivos e procedimentos indispensáveis para abordar problemas de natureza diversa.

### *Como ensinar?*

É preciso levar em conta a qualidade dos conteúdos em relação às situações de aprendizagem. Tais práticas devem visar ao desenvolvimento de habilidades para construir e avaliar proposições, construir unidades de significação, produzir conjuntos sistematizados de conhecimentos que funcionem como produção teórica; isto é, como articulação entre concepções da realidade e experiência vivencial.

O pensamento crítico não provém de genéricas discussões de temas e problemas, não provém também de uma coleção de conceitos, doutrinas, problemas e textos. Mas, é fruto de uma aprendizagem significativa, que supõe o domínio e a posse dos procedimentos reflexivos, e não apenas de conteúdos. Dessa maneira, o limite de toda estratégia didática para as possibilidades da filosofia na escola é o surgimento do pensamento do outro, por isto, ensinar/aprender (a filosofar) é uma tarefa compartilhada (Cerletti, 2004, p. 39).

A opção por determinados conteúdos sejam estes diretamente situados ou não no

conjunto dos temas e problemas da história da filosofia – é simultânea à definição dos procedimentos que facultam a familiaridade dos alunos com conceitos, linguagens, técnicas de leitura e processos argumentativos, possibilitando-lhes o desenvolvimento do pensamento crítico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda prática educativa carece de planejamento, de preparo, de métodos que sejam eficazes. Como afirma Ricardo Navia, *aqueles que tentam desconsiderar isto pelo lado da “vocação” ou do apostolado ou são hipócritas ou são ignorantes das condições mínimas do profissionalismo* (2004, p. 73). Como observado no início deste estudo nem todas as indagações aqui levantadas se referem diretamente a problemas filosóficos. Mas são questões necessárias para que todo educador possa avaliar o lugar e a função a si atribuída.

Um bom professor de filosofia deve ocupar o lugar de mediação entre os problemas filosóficos e as condições que aproximam ou distanciam a eficácia de sua prática de ensino. Isso significa dizer que a perspectiva educacional da filosofia deve ser pensada por professores que estejam conectados com o seu tempo, atualizando o pensamento filosófico e propondo novos problemas e novas questões.

Para atualizar as potencialidades da filosofia na Escola é imprescindível atualizar as suas possibilidades educacionais. É certo que estes não são genuinamente problemas filosóficos, mas são problemas que devem inquietar todo professor de filosofia (e também das demais disciplinas).

Ao professor de filosofia, para além da perspectiva filosófica teoricamente assumida cabe pensar tais problemas; principalmente para demarcar no espaço escolar uma disciplina que está a serviço do pensar. Não se trata, aqui, de fazer a apologia mercantil da profissionalização do professor de filosofia, mas de procurar legitimar para a filosofia o estatuto filosófico. Esta crítica, longe de corporativista e radical, objetiva manter vivo o compromisso do engajamento. Os professores mais aptos a desenvolver a filosofia na Escola de maneira satisfatória são frequentemente aqueles que se preocupam ativamente com a sua prática, com as questões educacionais. Levo a idéia da liberdade acadêmica extremamente a sério e considero inteiramente indiferente a maneira pela qual um estudante se forma, se como

participante ativo das disciplinas educacionais ou unicamente mediante a leitura de textos filosóficos. Apenas afirmo que aqueles são impelidos para além do empreendimento das filosofias particulares para aquela autoconsciência do espírito, que afinal é a filosofia, de uma maneira geral correspondem à concepção emancipatória.

Para finalizar faço uso das palavras de Adorno: não queremos impor aos nossos estudantes a deformação profissional daqueles que automaticamente consideram sua própria área de atuação como centro do mundo. Mas há de se saber que a filosofia só faz jus a si mesma quando é mais do que uma corrente de pensamento específica (2006, p.53).

#### REFERÊNCIAS:

GALLO, Silvio & KOHAN, Walter O. Crítica de alguns lugares-comuns ao se pensar a filosofia no Ensino Médio. In: GALLO, Silvio & KOHAN, Walter O. (Orgs.) *Filosofia no ensino médio*. Vol. VI. 2ª. edição. Petrópolis, RJ: 2000. p. 174-196.

NAVIA, Ricardo. Ensino médio de filosofia nas presentes condições culturais e sociais de nossos países. In: KOHAN, Walter O. *Filosofia: caminhos para seu Ensino*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 69-84.

CERLETTI, Alejandro A. Ensinar filosofia: da pergunta filosófica à proposta metodológica. In: KOHAN, Walter O. *Filosofia: caminhos para seu Ensino*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 19-42.

FAVARETTO, Celso. Filosofia, ensino e cultura. In: KOHAN, Walter O. *Filosofia: caminhos para seu Ensino*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 43-53.

HORN, Geraldo Balduino. A presença da filosofia no currículo do Ensino Médio brasileiro: uma perspectiva histórica. In: GALLO, Silvio & KOHAN, Walter O. (Orgs.) *Filosofia no ensino médio*. Vol. VI. 2ª. edição. Petrópolis, RJ: 2000. p. 17- 33.

FEITOSA, Charles. O ensino da filosofia como estratégia contra a tarefa da interdisciplinaridade. In: KOHAN, Walter O. *Filosofia: caminhos para seu Ensino*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 87-99.